

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Fundada em abril de 1946, a Metalúrgica Riosulense S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, Brasil, Rua Emílio Adami, 700, Barra do Trombudo, CEP 89.164-910 denominada como matriz e a filial está localizada na cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, Brasil, Rua dos Vereadores, 540, sala 02, Valada Itoupava, CEP 89.162-850, desenvolve a atividade de serviços de tratamento e revestimento em metais. A Companhia e sua controlada tem como principal atividade a fabricação e comercialização de peças e acessórios de alta precisão para veículos automotores e correlatos, através da fundição de metais ferrosos e não ferrosos, com fornecimento para o mercado interno e externo de montadoras e reposição. A Companhia tem suas ações negociadas na BM&FBovespa sob o código “ON RSUL3” e “PN RSUL4”.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada, compreendem:

a) Demonstrações financeiras Individuais da Controladora: As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

b) Demonstrações financeiras Consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board – IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras do período findo em 30 de setembro de 2022 foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 25 de outubro de 2022.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor das propriedades para investimento, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas demonstrações financeiras, estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Metalúrgica Riosulense S.A e sua controlada apresentada abaixo:

Controlada	País	% de Participação	
		30/09/2022	31/12/2021
Metalúrgica Riosulense SpA	Chile	100%	100%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação dos investimentos nas sociedades controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- c) Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação; e,

d) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação, usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Transações em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, devido ao ambiente econômico em que atua e na qual são realizadas suas principais operações.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional (Reais - R\$) em vigor na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes e não circulantes de acordo com o prazo de vencimento.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio

do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (Impairment).

Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.4 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, desta forma, não registrou nenhum ajuste.

3.5 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de Impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação Impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por Impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. A Companhia realiza, anualmente, teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, sendo que para estas rubricas não foi destacada necessidade de provisão para redução ao valor recuperável nas datas dos balanços.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.7 Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para "impairment" (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para perda no recebimento de créditos, a qual está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

3.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de produção ou aquisição e estão registrados pelo menor valor entre o custo médio e o valor líquido realizável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. As provisões de estoques para baixa rotatividade e obsolescência são mensuradas com base em relatórios auxiliares que compreendem movimentação dos estoques e reposição desses no mercado e são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

3.9 Investimentos

a) Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que

o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

b) Investimentos em sociedades controladas

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10 Imobilizado

Os ativos imobilizados estão avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo encargos financeiros de empréstimos que financiaram a aquisição ou construção desses ativos, quando aplicável. Os ativos imobilizados são apresentados deduzidos das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

GRUPO PATRIMONIAL	PRAZO
Edifícios e dependências	35 anos
Máquinas e equipamentos	20 anos
Equipamentos de informática	7 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.11 Intangível

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização e de eventual provisão para ajustá-los a seus prováveis valores de realização, quando necessário. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo estimado de geração de benefícios econômicos futuros, estando sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que indícios indicarem eventual perda de valor econômico. Os itens de intangíveis mantidos pela Companhia, são:

a) Marcas e patentes: Correspondem ao custo de registro para o uso de marcas e patentes que são concedidos por períodos indefinidos, assim, consideradas como de vida útil indefinida e sujeito a teste de recuperabilidade anualmente.

b) Programas de computadores (licenças de softwares): As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, que geralmente apresentam uma taxa de amortização de 6,67% ao ano.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

3.12 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acréscidos de juros, quando aplicável.

3.13 Empréstimos e financiamentos

Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando qualificáveis são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Em 30 de setembro

de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possui nenhum ativo qualificável para a capitalização dos juros.

3.14 Provisões e Passivos Contingentes

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para litígios e Passivos contingentes (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

A Companhia é parte de vários processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Já como passivos contingentes, são consideradas discussões judiciais, cujas probabilidades de perdas estão classificadas como possível e para as quais não são constituídas provisões para contingências.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.15 Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

3.16 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Impostos	Alíquota
ICMS - Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços	4%, 7%, 12%, 17% e 25%
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	3,75% a 11,25%
PIS - Programa de integração social	1,65%
COFINS - Contribuição para financiamentos da seguridade social	7,60%

3.17 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício social.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

Não existem itens que possam gerar diferenças relevantes entre o lucro (prejuízo) básico e o diluído.

4. JULGAMENTO E USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Avaliação do valor justo das propriedades para investimento

A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo em 31 de dezembro de 2021. Para propriedades para investimento, o avaliador utilizou técnica de avaliação de valor de mercado dada a natureza das propriedades. O valor justo determinado das propriedades para investimento é sensível ao rendimento estimado, bem como à taxa de vacância de longo prazo.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza

de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outras políticas contábeis que requerem uso de julgamento e estimativas, são:

- a) Análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; e,
- c) Constituição de provisão para perdas nos estoques.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Caixa	18	4	18	4
Banco conta movimento	47	776	50	782
Total de caixa e equivalente a caixa	65	780	68	786

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Banco conta corrente vinculada a empréstimos	-	83
Ordem de pagamento em moeda estrangeira	29.232	19.771
Total de bancos e aplicações financeiras	29.232	19.854
Circulante	29.232	19.771
Não circulante	-	83

7. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Contas a receber de clientes mercado interno	61.395	34.828	61.395	34.828
Contas a receber de clientes mercado externo	15.609	13.508	15.846	13.786
Total do contas a receber	77.004	48.336	77.241	48.614
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(960)	(862)	(960)	(862)
Total de clientes	76.044	47.474	76.281	47.752

Contas a receber de clientes por idade de vencimento	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Títulos a vencer superior a 90 dias	287	270	287	270
Títulos a vencer até 90 dias	73.417	45.597	73.654	45.875
Vencidos em até 90 dias	2.286	1.818	2.286	1.818
Vencidos de 90 a 180 dias	204	52	204	52

Vencidos superior a 180 dias	810	599	810	599
Contas a receber de clientes	77.004	48.336	77.241	48.614

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Movimentação provisão para créditos de liquidação duvidosa	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício/período	(862)	(865)	(862)	(865)
Adições	(758)	(402)	(758)	(402)
Baixas	660	405	660	405
Saldo no final do exercício/período	(960)	(862)	(960)	(862)

8. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Produtos acabados	20.784	16.609
Mercadorias para revenda	2.038	1.941
Produtos em elaboração	14.265	13.918
Matéria prima	29.011	21.242
Almoxarifado	5.674	5.393
Obrigações pós-venda - CPC 47	128	72
Provisão para estoques obsoletos	(665)	(531)
Total dos estoques	71.235	58.644

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

Movimentação provisão para estoques obsoletos	30/09/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício/período	-531	-312
Adições	-134	-267
Baixas	-	48
Saldo no final do exercício/período	-665	-531

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
PIS a recuperar	17	14	17	14
COFINS a recuperar	91	69	91	69
ICMS a recuperar	951	1.202	951	1.202
IR/CS a recuperar	89	44	89	44
FGTS a Recuperar	-	23	-	23
Outros	-	-	95	104
Total impostos a recuperar	1.148	1.352	1.243	1.456
Circulante	711	746	806	850
Não circulante	437	606	437	606

10. INVESTIMENTOS

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Terrenos e Edifícios mantidos para investimentos	60.266	60.266
Outros investimentos	297	290
Investimentos em Coligadas e Controladas	346	5.201
Total propriedades para investimento	60.889	65.757

Do total de propriedades para investimentos em 30/09/2022, R\$ 55.696, encontram-se com registro de penhora decorrente das ações tributárias que estão sendo conduzidas junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

10.1 Terrenos e Edifícios mantidos para investimento

As propriedades para investimento (substancialmente terrenos) são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por Companhia especializada e independente. As principais premissas utilizadas pelos especialistas para apurar o valor do imóvel pelo método comparativo direto foram as seguintes:

- i. Amostras de mesmo zoneamento no plano diretor do município.
- ii. Tempo de venda: Até 3 anos.
- iii. Tempo de implantação: Até 6 meses.
- iv. Impostos e taxas de corretagem: Aplicado de acordo com a legislação vigente.

10.2 Investimentos em Coligadas e Controladas

Nas demonstrações financeiras da controladora estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades controladas, avaliados pelo patrimônio líquido das investidas, conforme participação em cada empresa:

Controladora									
Nome	País	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita	Resultado Líquido do Período	% Participação	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento
Em 30 de setembro de 2022									
Metalúrgica Riosulense SpA	Chile	346	1.456	-1.110	-	-62	100%	-62	-1.110
Wirklich Ind de Plásticos LTDA	Brasil	15.336	15.336	6.645	2.808	140	50%	70	3.323

10.3 Aquisição de Terreno Rural

Durante o terceiro trimestre de 2022, ocorreu por parte da Companhia a aquisição de um terreno rural situado no bairro Barra do Trombudo às margens da Rodovia BR470 no município de Rio do Sul, SC. Conta com área total 5.652,00m², localização geográfica de -27.237283, - 49.684353 pelo valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). O pagamento será realizado em 10 (dez) parcelas mensais. Após a quitação será lavrada a escritura.

11. IMOBILIZADO

Consolidado

	Terrenos	Edifício e dependências	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Taxa anual de depreciação	-	3%	5%	14%	10%	10%	-	-
Saldo em 31/12/2021	9.145	19.797	39.385	694	420	116	15.579	85.136
Adições	-	90	5.245	142	160	-	12.634	18.271
Baixas	-	(8)	(6.776)	(25)	(15)	-	(2.726)	(9.560)
Transferências	-	-	-	-	-	-	(461)	(461)
Depreciação	-	(1.228)	(3.162)	(138)	(65)	(14)	-	(4.607)
Baixas da depreciação	-	-	403	-	-	-	-	403
Saldo em 30/09/2022	9.145	18.651	35.095	673	490	102	25.026	89.182

Nas demonstrações financeiras a depreciação foi registrada no resultado do período findo em 30 de setembro de 2022 totalizando R\$ 4.607, sendo R\$ 4.447 classificadas como custos, R\$ 45 como despesas comerciais e R\$ 115 como despesas administrativas. (R\$ 4.021, R\$ 35, R\$ 86, respectivamente para o mesmo período em 2021).

Controladora

	Terrenos	Edifício e dependências	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Taxa anual de depreciação	-	3%	5%	14%	10%	10%	-	-
Saldo em 31/12/2021	9.145	19.797	39.383	694	420	116	15.579	85.134
Adições	-	90	5.245	142	160	-	12.634	18.271
Baixas	-	(8)	(6.776)	(25)	(25)	-	(2.726)	(9.560)
Transferências	-	-	-	-	-	-	(461)	(461)
Depreciação	-	(1.228)	(3.162)	(138)	(65)	(14)	-	(4.607)
Baixas da depreciação	-	-	403	-	-	-	-	403
Saldo em 30/09/2022	9.145	18.651	35.093	673	490	102	25.026	89.180

Os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos por bens do Imobilizado, em sua maior parte por bens móveis, máquinas e equipamentos, conforme nota explicativa de empréstimos. Baixas de imobilizado em andamento em 30 de setembro de 2022 referem-se à venda de ferramental.

12. INTANGÍVEL

Controladora e Consolidado			
	Marcas e patentes	Programas de computador	Total
Taxa anual de amortização	-	6,67%	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22	510	532
Adições	-	205	205
Baixas	(22)	(186)	(208)
Amortizações	-	(95)	(95)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	434	434
Amortizações	-	(80)	(80)
Saldo em 30 de setembro de 2022	-	354	354

As despesas com amortizações totalizam R\$ 80, e foram registradas ao resultado como R\$ 38 em custo dos produtos vendidos, o montante de R\$ 2 como despesas comerciais e o montante de R\$ 40 como despesas administrativas para o período findo em 30 de setembro de 2022 (R\$ 26, R\$ 1, R\$ 42, respectivamente para o mesmo período em 2021).

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Fornecedores de mercadorias	21.685	17.061	21.970	17.395
Fornecedores de serviços	3.897	2.371	3.897	2.371
Total fornecedores	25.582	19.432	25.867	19.766
Vencidos	-	1	13	14
À Vencer até 365 dias	25.581	19.426	25.853	19.747
À Vencer superior à 365 dias	1	5	1	5

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Juros mensal	Garantias	30/09/2022	31/12/2021
Empréstimo	0,70% a 0,89% ao mês + TJLP	Hipoteca	10.744	13.246
Leasing	0,89% a 1,14%	Alienação Fiduciária	646	1.305
Total de empréstimos e financiamentos			11.390	14.551
Circulante			4.247	4.032
Não circulante			7.143	100.519
Por data de vencimento			30/09/2022	31/12/2021
Em até 6 meses			1.504	2.016
De 6 meses a 1 ano			1.504	2.016
De 1 a 2 anos			2.839	3.688
De 2 a 3 anos			2.601	3.207
De 3 a 4 anos			2.601	3.207
Acima de 4 anos			341	417
Total de empréstimos e financiamentos			11.390	14.551

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Salários a pagar	2.620	1.842
Provisão de férias e 13º salário a pagar	11.423	5.010
INSS a recolher	1.349	1.145
FGTS a recolher	271	346
IRRF sobre salários recolher	344	271
Acordos Trabalhistas	229	91
Sesi e Senai a recolher	4.375	4.221
Outros	260	258
Total obrigações sociais e trabalhistas	20.871	13.184

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
PIS	236	141
COFINS	1.120	669
ICMS	2.616	1.152
IPI	172	319
IRPJ/CSLL a Recolher	4.098	1.235
Outros	37	48
Total obrigações tributárias	8.279	3.564

17. PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
COFINS	-	474
ICMS	3.868	6.706
INSS	1.105	1.778
Refis (a)	4.408	5.125
IPI	5.563	6.469
Parcelamento PGFN	68.683	75.271
Outros	1.066	1.401
Total parcelamento tributário	84.693	97.224
Circulante	21.997	24.110
Não circulante	62.696	73.114

a) Refis

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) para impostos federais e previdenciários, conforme facultado pela Lei nº 12.996/2014. Foram incluídos no programa valores devidos de PIS, COFINS, IRRF e contribuições previdenciárias. Os pedidos de parcelamento parcialmente consolidados, protocolados em 29 de agosto de 2014, serão liquidados em 180 meses com atualização monetária pela variação da Selic.

Os saldos deste parcelamento estão abaixo apresentados:

Saldo devedor original	97.261
Multa e juros compensados com prejuízos fiscais e bases negativas	(14.426)

Redução de multa e juros conforme lei 11.941/09	(24.304)
Amortizações ocorridas	(48.650)
Estorno multa e juros compensados com prejuízos fiscais e bases negativas - Consolidação (Nota 17)	4.857
Estorno redução de multa e juros - Consolidação	8.738
Exclusão parcial dos débitos inclusos - Consolidação	(27.535)
Apropriação juros s/ saldo devedor	8.467
	4.408
(-) Parcela classificada no circulante	(1.159)
Passivo não circulante	3.249

b) **Parcelamento PGFN**

A Companhia aderiu ao Parcelamento PGFN para impostos federais e previdenciários, conforme facultado pela Portaria PGFN nº9917/2020. Foram inclusos no programa valores devidos de PIS e COFINS. Os pedidos de parcelamento parcialmente consolidados, protocolados em 24 de março de 2021, serão liquidados em 84 meses com atualização monetária pela variação da Selic. Os débitos Previdenciários serão liquidados em 60 meses com atualização monetária pela variação da Selic.

Os saldos deste parcelamento estão abaixo apresentados:

Saldo devedor original	61.159
Multa e juros compensados com prejuízos fiscais e bases negativas	(51.328)
Honorários Advocatícios	(22.497)
Redução de multa e juros conforme lei 13.998/2020	(46.772)
Amortizações ocorridas	(21.863)
Estorno redução de multa e juros - Consolidação	46.772
Exclusão parcial dos débitos inclusos - Consolidação	(94.083)
Apropriação juros s/ saldo devedor	9.129
	68.683
(-) Parcela classificada no circulante	(16.543)
Passivo não circulante	52.140

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIALa) **Imposto de renda e contribuição social – conciliação com o resultado**

A companhia apura o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro real. A provisão para imposto de renda foi constituída com alíquota de 15%, acrescida no adicional de 10%, e da contribuição social com alíquota de 9%.

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021

Lucro/Prejuízo antes dos impostos	64.598	104.008
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL antes das adições/exclusões	(21.963)	(35.363)
Adições/Exclusões Bases de Cálculo	3.373	19.255
IRPJ e CSLL calculados a alíquota nominal (Resultado)	(18.590)	(16.108)
Constituição/Reversão IRPJ/CSLL diferidos	2.357	1.395
Imposto de renda e contribuição social efetivo	(16.233)	(14.713)
Imposto de renda e CSLL correntes	(18.590)	(16.108)
Constituição/Reversão IRPJ/CSLL diferidos sobre diferença temporária – Diversas	2.357	1.395
Imposto de renda e contribuição social efetivo	(16.233)	(14.713)

b) Imposto de renda e contribuição social – conciliação com o resultado

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Adoção CPC 47)	326	292
Provisão para estoque obsoleto	226	181
Provisão multas e juros (INSS, IRRF, PIS, COFINS, ICMS)	13.037	12.697
Provisão comissões a pagar	377	197
Obrigações pós-venda (Adoção CPC 48)	44	25
Arrendamento mercantil (Adoção CPC 06 - RTT)	(524)	(524)
Custo atribuído (Adoção CPC 37 - RTT)	(12.839)	(12.921)
Depreciação societária (Adoção CPC 27 - RTT)	(2.884)	(3.435)
Propriedade para investimento (Adoção CPC 28 - RTT)	(10.938)	(10.938)
Reserva de reavaliação	(416)	(418)
Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido	(13.591)	(14.844)
Saldo Inicial	(14.844)	(16.694)
Valor registrado no resultado do exercício	2.356	1.395
Tributo diferido IR/CS	(1.103)	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	455
Saldo Final	(13.591)	(14.844)

18.1. Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indêbitos tributários

Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento de mérito do RE nº 1.063.187, fixou a tese do Tema nº 962 no sentido de ser inconstitucional a incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica

(IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

A companhia possui mandado de segurança ajuizado em abril de 2018, no qual busca assegurar o direito de excluir os denominados encargos moratórios (Correção monetária, SELIC e juros contratuais), das bases de cálculo do IRPJ e CSLL, bem como recuperar os valores recolhidos indevidamente durante os cinco anos que precederam o ajuizamento da demanda.

O referido mandado de segurança ainda está pendente decisão judicial em primeira instância.

Desta forma, baseada no parecer da assessoria jurídica, a companhia não reconheceu o crédito tributário por entender que a realização do ativo não é praticamente certa.

19. PROVISÃO PARA LITÍGIOS

A Companhia mantém provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” pelos assessores jurídicos externos. A administração da Companhia prevê que a provisão para litígios constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destes litígios está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

Controladora e Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Tributária	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	467	20	27.026	27.513
Constituição de provisões	311	-	1.576	1.887
Reversão de provisões	(306)	(1)	(510)	(817)
Saldo em 30 de setembro de 2022	472	19	28.093	28.584
Depósitos judiciais relacionados	(231)	-	(1.570)	(1.706)

Adicionalmente a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como perdas possíveis, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Controladora e Consolidado		
	30/09/2022	31/12/2021
Ações trabalhistas	472	467
Ações cíveis	19	20
Ações tributárias	28.093	27.026
Total de perdas possíveis	28.584	27.513

Cabe ressaltar que tais valores têm cunho apenas informativo, não havendo provisão contábil para tais causas. Ao menos uma vez ao ano a Companhia realiza a atualização formal de seus consultores externos a fim de certificar da situação de seus processos e, mensalmente, o departamento jurídico realiza as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No período findo em 30 de setembro de 2022 a Companhia apresenta um patrimônio líquido positivo no valor de R\$ 124.136 individual e consolidado, contra R\$ 80.022 positivo (individual e consolidado) em 31 de dezembro de 2021.

a) Capital social

O capital social, pertencente a acionistas domiciliados no País, é de R\$ 27.826, sendo composto por 3.430.000 (três milhões quatrocentos e trinta mil) ações ordinárias escriturais e 2.409.868 (dois milhões e quatrocentas e nove mil e oitocentos e sessenta e oito) ações preferenciais escriturais, totalizando 5.839.868 (cinco milhões e oitocentos e trinta e nove mil e oitocentos e sessenta e oito) ações. As ações preferenciais, sem direito a voto nas assembleias gerais, gozam dos seguintes direitos e privilégios:

- a) Direito ao recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.
- b) Participação em igualdade de condições, com as demais ações, ressalvado o disposto no item “a”, na distribuição de dividendos, no recebimento de bonificações provenientes da Reserva de Capital, de Reavaliação de Ativos, de Capitalização de Reservas de Lucro ou das utilizações de quaisquer fundos.
- c) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de encerramento das atividades da Sociedade.
- d) Direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, pelas mesmas condições desta alienação.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

A conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial refere-se ao custo atribuído ao imobilizado registrado na data de transição ao CPC/IFRS, que está sendo realizado contra Lucros Acumulados proporcionalmente a depreciação dos bens que lhe deram origem.

No período findo em 30 de setembro de 2022, foram realizados o montante de R\$ 422 (R\$ 811 em 30 de setembro de 2021) referente reavaliação e custo atribuído e contabilizado na conta de lucros acumulados.

c) Remuneração aos acionistas

c.1) Distribuição de dividendos

Conforme deliberado e aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2022, foram distribuídos no terceiro trimestre dividendos aos acionistas. Dividendos no montante de R\$ 10.548.307 foram pagos aos acionistas na proporção de R\$ 1,6827 para cada ação ordinária e R\$1,9902 para cada ação preferencial, conforme segue:

- ✓ R\$ 3.164.491,91 (três milhões, cento e sessenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e um reais e noventa e um centavos) pagos diretamente aos acionistas em 01/07/2022 em parcela única;
- ✓ A diferença de R\$ 7.383.814,90 (sete milhões, trezentos e oitenta e três mil, oitocentos e quatorze reais e noventa centavos) pagos em 01 de julho de 2022 na mesma data da subscrição de novas ações.

21. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os ajustes de exercícios anteriores compõem a linha de Lucros/Prejuízos Acumulados do Patrimônio Líquido

apresentado no Balanço Patrimonial, o qual é constituído pelo resultado apurado até o terceiro trimestre de 2022, pelos resultados de exercícios anteriores e ajustes de exercícios anteriores.

Os ajustes de exercício anteriores registram os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior, que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Durante o exercício de 2022 ocorreram ajustes de exercícios anteriores que afetaram o Patrimônio Líquido da Companhia, encerrando o período com saldo positivo de R\$ 3.003, assim constituído:

Saldo anterior em 31/12/2021	3.056
Provisão de comissões não contabilizado	5
Depósito Judicial não contabilizado	1
Estorno de Juros s/ Parcelamento de ICMS - Revinculação	(51)
Estorno de Juros s/ Parcelamento de INSS – Revisão Consolidada	(233)
Reconhecimento de FGTS em Processo	785
Adiantamento de Fornecedor – Perda na Rescisão do Contrato	17
Reserva de Lucros à Disposição da Assembleia	(732)
Perda Banco Massa Falida	(1)
IPTU – Reconhecimento do Ressarcimento	(12)
Pagamento de PLR não contabilizado	3
Depreciação Direito de uso arrendamento de imóvel não contabilizado	165
Saldo em 30/09/2022	3.003

22. TRANSAÇÕES E SALDOS ENTRE PARTES RELACIONADAS

O acionista controlador da Companhia é a Stramosk Participações S.A., o qual possui 90% das ações ordinárias e 41,71% das ações preferenciais.

A Companhia mantém as seguintes transações com partes relacionadas.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Adiantamento aos administradores (Ativo não circulante)	2.187	-	2.187	-
Empréstimo para empresa ligada (Ativo não circulante)	-	1.739	(1.254)	546

(a) Valores classificados em obrigações sociais e trabalhistas.

As transações estabelecidas e acima apresentadas não preveem qualquer atualização sobre os termos firmados.

(b) Remuneração dos administradores

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2021, o montante da remuneração anual paga ao pessoal chave da administração são divulgados a seguir, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas:

Controladora e Consolidado			
	Membros	30/09/2022	31/12/2021
Conselho de administração	5	1.800	600
Diretoria administrativa	2	1.305	395
		3.105	995

Em 30 de setembro de 2022 a administração da Companhia era composta por 5 conselheiros e 2 diretores estatutários. Os membros do Conselho de Administração foram remunerados respeitando os limites aprovados pela AGO.

Não há benefícios de longo prazo pós-emprego.

23. RECEITA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Receita reposição/revenda mercado interno	166.557	191.447	166.557	191.447
Receita montadora mercado interno	142.224	150.014	142.224	150.014
Receita Ferroviário	12.646	17.281	12.646	17.281
Receita mercado externo	38.793	45.576	38.793	45.576
Receita venda sucata	874	903	874	903
Receita mercado Agrícola	4.695	-	4.695	-
Receita operacional bruta	365.789	405.221	365.789	405.221
(-) Deduções e abatimentos	-1.582	-1.437	-1.582	-1.437
(-) Impostos sobre as vendas	-68.140	-80.676	-68.140	-80.676
Receita operacional líquida	296.067	323.108	296.067	323.108

24. DESPESAS OPERACIONAIS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por natureza. Conforme requerido pelas normas contábeis, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por função:

Despesas por natureza	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Custos dos produtos/serviços vendidos	(190.862)	(202.693)	(190.862)	(202.693)
Despesas com vendas e distribuição	(19.552)	(23.610)	(19.552)	(23.610)
Despesas gerais e administrativas	(10.214)	(20.043)	(10.277)	(20.126)
Outras receitas e despesas	(2.884)	(8.353)	(2.883)	(8.353)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(195)	419	-	-
Total despesas por natureza	(223.707)	(254.280)	(223.574)	(254.782)
Despesa por função	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Custos dos bens e serviços	(115.299)	(115.382)	(115.299)	(115.382)
Despesa com comissões	(6.999)	(10.031)	(6.999)	(10.031)
Despesa com fretes	(2.957)	(3.355)	(2.957)	(3.355)
Outras despesas com vendas	(2.376)	(2.416)	(2.376)	(2.416)
Despesa com folha de pagamento	(53.331)	(58.820)	(53.331)	(58.820)
Energia elétrica	(12.581)	(15.812)	(12.581)	(15.812)
Serviços de terceiros	(16.588)	(27.066)	(16.588)	(27.066)
Outras despesas administrativas	(5.977)	(7.813)	(6.040)	(7.896)
Despesa com depreciação e amortização	(4.520)	(5.651)	(4.520)	(5.651)
Outras receitas e despesas operacionais	(2.884)	(8.353)	(2.883)	(8.353)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(195)	419	-	-
Total despesas por função	(223.707)	(254.280)	(223.574)	(254.782)

25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Recuperação de receita	629	5.244
Receita com venda de ativo imobilizado	13	200
Indenizações recebidas	5	66
Receitas diversas	-	4.928
Outras receitas não operacionais	6.416	22.020
Despesas diversas	(9.947)	(13.075)
Outras despesas não operacionais	-	(27.736)
Total outras receitas e despesas	(2.884)	(8.353)

26. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Controladora e Consolidado		
Receitas financeiras	30/09/2022	31/12/2021
Variação cambial ativa	3.903	3.720
Receitas sobre aplicação financeira	1.118	344
Juros recebidos	53	78
Descontos obtidos	310	46.746
Outras receitas financeiras	64	116
Operação com Swap	-	-
Total receitas financeiras	5.448	51.004
Controladora e Consolidado		
Despesas financeiras	30/09/2022	31/12/2021
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.520)	(1.754)
Multa e juros sobre fornecedores	(3)	(33)
Multa e juros sobre impostos	(7.091)	(5.770)
Variação cambial	(4.304)	(2.517)
Descontos concedidos	(64)	(83)
IOF	(113)	(104)
Outras despesas	(115)	(5.563)
Total despesas financeiras	(13.210)	(15.824)
Resultado financeiro líquido	(7.762)	35.180

27. LUCRO OU PREJUÍZO POR AÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	48.365	89.295	48.498	88.794
Ações ordinárias em poder dos acionistas (em ações)	3.493.960	3.430.000	3.493.960	3.430.000
Ações preferenciais em poder dos acionistas (em ações)	2.444.753	2.400.000	2.444.753	2.400.000
Resultado básico e diluído por ação ordinária - R\$	8,15	14,71	8,17	14,63
Resultado básico e diluído por ação preferencial - R\$	8,96	16,18	8,99	16,09

28. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

Empréstimos e financiamentos: São classificados como passivos financeiros são mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da administração reflete a informação contábil mais relevante.

Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes.

Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são similares aos valores contábeis.

Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

28.1 Fatores de Risco

a) Risco de taxas de câmbio

A Companhia administra os riscos de mercado através de hedge naturais, visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia possui ativos atrelados à moeda estrangeira nas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2022 e, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário Provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas demonstrações. Para o cenário Possível esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário Remoto, em 50%. Desta forma, o quadro abaixo demonstra a simulação do efeito de variação cambial na demonstração de resultado. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição ao câmbio.

Controladora e Consolidado

	Moeda	30/09/2022	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
Ativos								
Contas a receber	US\$	2.788	5,41	-	6,76	3.768	8,11	7.535
Passivos								
Efeito no resultado				-		3.768		7.535

A análise de sensibilidade da variação cambial está sendo calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por adiantamentos de contrato de câmbio) e não foi considerado o efeito nos cenários sobre a projeção de vendas de exportação que de certa forma fará frente à eventual perda cambial futura.

b) Risco de taxa de juros

Para a política de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis, monitorando continuamente o mercado, a fim de identificar eventual necessidade de alteração no seu posicionamento. Os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles contratados em moeda estrangeira, são atrelados à taxa de juros pré e pós-fixada. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição de juros.

Controladora e Consolidado

	Indexador	30/09/2022	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado
Financiamentos								
Capital de giro/Financ.	CDI	646	11,09%	(72)	13,86%	(90)	16,64%	(107)
BNDES	TJLP	10.743	12,55%	(1.384)	15,69%	(1.685)	18,83%	(2.022)
Efeito no resultado				(1.420)		(1.775)		(2.130)

c) Risco de crédito

A política de gerenciamento do risco de crédito se pauta no permanente monitoramento e manutenção das concessões e limites de crédito, adotando, quando necessário, o acompanhamento do nível de endividamento e liquidez dos clientes. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições julgada com baixo risco pela administração.

d) Risco de preço dos materiais

Para se proteger do risco de perdas com flutuações nos preços dos materiais, a administração da Companhia mantém sua estratégia focada no controle físico dos estoques, adotando a política de estocagem na eminência de elevações significativas no preço da matéria-prima, e de baixas posições de estoque na situação inversa.

e) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos.

f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas.

29. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Em função da concentração de suas atividades descritas na Nota 1, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia são comercializados através de diferentes canais de distribuição e não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados

da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- i. não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda; e,
- ii. a sua unidade fabril é única para todos os produtos.
- iii. contém uma filial de serviços de tratamento e revestimento em metais.
- iv. Para atender novos clientes a partir do terceiro trimestre de 2022 a empresa conta o segmento agrícola.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita líquida e o custo por canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

Controladora												
Reposição			Montadora		Ferroviário		Exportação		Agrícola		Total	
30/09/2022	30/09/2021		30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receita líquida	128.295	100.509	110.723	88.299	13.334	12.682	39.693	33.342	4.021	-	296.066	234.832
Custos sobre vendas	(61.547)	(48.814)	(88.448)	(69.419)	(9.016)	(10.157)	(29.520)	(20.063)	(2.330)	-	(190.861)	(148.453)
Lucro/Prejuízo	35.588	41.460	5.363	23.645	1.458	598	4.964	9.824	992	-	48.365	75.527

Consolidado												
Reposição			Montadora		Ferroviário		Exportação		Agrícola		Total	
30/09/2022	30/09/2021		30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receita líquida	128.295	100.509	110.723	88.299	13.334	12.682	39.693	33.342	4.021	-	296.066	234.832
Custos sobre vendas	(61.547)	(48.814)	(88.448)	(69.419)	(9.016)	(10.157)	(29.520)	(20.063)	(2.330)	-	(190.861)	(148.453)
Lucro/Prejuízo	35.588	40.044	5.363	23.645	1.458	598	4.964	9.824	992	-	48.365	74.111

A receita do mercado externo e interno está demonstrada na Nota 22.

A companhia possui 3 clientes que individualmente representam aproximadamente 34,74% das vendas os quais destacamos: i) Mercedes-Benz do Brasil Ltda; ii) International Indústria Automotiva da América do Sul Ltda; e iii) Hidremec Indústria de Materiais Ferroviários Ltda.

30 – COBERTURA DE SEGUROS – não auditado

A companhia trabalha continuamente com a identificação, análise e administração de riscos, verificando a melhor forma de gerenciamento de transferência, absorção ou compartilhamento do risco com o mercado segurador. As premissas são de responsabilidade da administração da Companhia. Os bens estão assegurados conforme discriminado a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS

Metalúrgica Riosulense S.A. • ITR 092022



Controladora e Consolidado			
Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Casco (avaliado pela tabela FIPE)	Veículos	R\$ 99 (Mil)	Diversos
Incêndio, inclusive quando decorrente de tumulto, explosão de qualquer natureza e queda de raio, desde que ocorrida dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados, danos elétricos, lucros cessantes, responsabilidade civil do empregador e operações, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres e aéreos e fumaça.	Prédio / Maquinismo / Móveis e Utensílios / Mercadorias e Matérias-primas	R\$ 104.000 (Mil)	De 11/04/2022 a 11/04/2023